



**CASAGRANDE, Rosana de Castro. O campo acadêmico da Educação Especial no Brasil. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2023. 217 p.**

Mônica Isabel Canuto Nunes\*\*

 <https://orcid.org/0009-0008-5388-482X>

Simone Fernandes Gonçalves\*\*\*

 <https://orcid.org/0000-0003-1757-2892>



Esta resenha constituiu as ações realizadas no âmbito do Seminário de Pesquisa III, atividade obrigatória desenvolvida no Grupo de Pesquisa em Educação Especial e Inclusão Educacional (ObEE), sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Márcia Denise Pletsch, para discutir o lugar da Educação Especial no contexto da produção científica no Brasil. O Seminário integra o conjunto de atividades obrigatórias para doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEduc/UFRRJ), realizadas nos grupos de pesquisa com os seus orientadores.<sup>1</sup>

A leitura do livro intitulado *O campo acadêmico da Educação Especial no Brasil*, de autoria de Rosana de Castro Casagrande, publicado pela editora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 2023, viabilizou elementos para discussão e reflexão sobre a produção, circulação e legitimação do

\*\* Discente do curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (Doutorado), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: <monicacanuto08@gmail.com>.

\*\*\* Discente do curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (Doutorado), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: <profsifernandes@gmail.com>.

<sup>1</sup> Financiamento 001 – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Programa de Doutorado Interinstitucional (Dinter) entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

conhecimento científico e intelectual, assim como a constituição do campo acadêmico da Educação Especial no país. Com base no livro, pudemos inferir que o campo acadêmico da Educação Especial no Brasil tem se consolidado como um espaço de disputas simbólicas, especialmente no que se refere às políticas de inclusão educacional.

Ao longo das últimas décadas, a produção científica na área tem buscado problematizar os desafios estruturais, históricos e pedagógicos que envolvem a escolarização de pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD). O livro de Casagrande<sup>2</sup> (2023) insere-se nesse contexto ao oferecer uma análise aprofundada sobre a constituição e consolidação do campo acadêmico da Educação Especial em nosso país e se destaca por sua abordagem detalhada sobre a institucionalização e expansão desse campo de estudo. É importante ressaltarmos que a obra foi fundamentada em sua tese de Doutorado, orientada pelo Prof. Dr. Jefferson Mainardes (UEPG) e defendida em 2020.

Nesta resenha, discutimos os principais argumentos apresentados pela obra, destacando suas contribuições teóricas e metodológicas para o campo da Educação Especial. Além disso, são analisadas as perspectivas críticas levantadas pela autora, relativas aos fundamentos teóricos para a análise do campo acadêmico da Educação Especial, os elementos antecedentes e a institucionalização do campo acadêmico da Educação Especial, nos oferecendo uma análise dos marcos históricos e acadêmicos que constituem esse campo. Com base nessa abordagem, pretendemos evidenciar como o livro contribui para o avanço das discussões no âmbito da inclusão educacional no Brasil.

O objetivo central do livro é fundamentar e evidenciar os elementos do campo acadêmico da Educação Especial no Brasil, seus elementos antecedentes, constituintes e de expansão. A autora utilizou Pierre Bourdieu para embasar teoricamente as discussões. O livro é de fácil compreensão, com uma linguagem clara e objetiva, e está organizado em três capítulos. O primeiro, intitulado “Fundamentos teóricos para a análise do campo acadêmico da Educação Especial”, explora o campo da Educação Especial com base nos conceitos teóricos de Bourdieu. O segundo capítulo, “Elementos antecedentes à constituição do campo acadêmico da Educação Especial”, traz evidências históricas que precedem a formação do campo acadêmico da Educação Especial. O terceiro capítulo, “A institucionalização do campo acadêmico da Educação Especial”, apresenta elementos que evidenciam o processo de institucionalização do campo acadêmico da Educação Especial no país.

Na apresentação e introdução, a autora afirma que o campo acadêmico da Educação Especial no Brasil surgiu antes do campo teórico, de forma lenta e marcado por concepções desumanas e errôneas sobre as pessoas com deficiência, tendo como marco inicial ações desenvolvidas nos espaços universitários, a partir de propostas institucionais isoladas, com o compromisso de formação dos profissionais para atuar na Educação Especial. De maneira clara, Casagrande (2023) conceitua campo acadêmico como sendo um espaço dinâmico, interativo, marcado por lutas, disputas e conflitos, no qual ocorrem práticas institucionalizadas de elaboração, produção, publicação e compartilhamento de bens acadêmicos.

Ao abordar que o campo acadêmico da Educação Especial é consistente, mas reduzido e restrito, a autora leva-nos a pensar o quanto as pesquisas têm discutido sobre a necessidade de

---

<sup>2</sup> Rosana de Castro Casagrande é doutora em Educação pela UEPG, professora adjunta da UEPG, líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial e Educação Inclusiva (GEPEEIN) e membro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE).

garantir os suportes para a permanência e o aprendizado dos alunos público da Educação Especial, o que configura, atualmente, um dos maiores desafios para a efetivação da educação inclusiva.

Casagrande (2023) revela, por meio de dados, que o campo acadêmico da Educação Especial é geograficamente desigual, tendo em vista a concentração de cursos de graduação e pós-graduação na Região Sudeste; pelo menor índice de inclusão no estado do Paraná e maior no Espírito Santo, com 100% dos alunos matriculados nos três níveis.

No primeiro capítulo, ao abordar os fundamentos teóricos para a análise do campo acadêmico da Educação Especial, a autora conceitua campo acadêmico e explica sobre a importância do desenvolvimento do *habitus* científico, que é incorporado ao longo da nossa formação e orienta a produção do conhecimento. Ao apontar que o campo acadêmico é um espaço de lutas, ela discute as disputas pelo poder e a divulgação de seus bens acadêmicos. Ao mesmo tempo, mostra-nos que é também espaço de parcerias, construção de redes e constituição de ações coletivas, e que essas relações têm impacto direto na produção dos bens acadêmicos, assim como fortalecem o campo acadêmico. A autora finaliza o capítulo afirmando que há pouco interesse no desenvolvimento de pesquisas voltadas para o campo acadêmico da Educação Especial.

No segundo capítulo, a autora realiza um mapeamento teórico sobre a Educação Especial no Brasil, utilizando as pesquisas documental e bibliográfica que analisam as concepções de deficiência presentes no campo. Os documentos que permitiram iniciar o mapeamento documental foram: Bibliografia Pedagógica Brasileira (BPB), periódicos das revistas brasileiras publicadas no período de 1903 a 1960 e as publicações da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) nos períodos de 1944 a 1970, que serviram de base para evidenciar as discussões sobre o campo teórico da Educação Especial. Casagrande (2023) reforça que, além do campo teórico, a relevância de questões relacionadas à formação profissional em Educação Especial foi necessária, com o objetivo de “[...] investigar sua trajetória inicial no espaço acadêmico, bem como a produção de seus bens acadêmicos” (Casagrande, 2023, p. 61). Ao falar sobre a formação de professores, enfatiza seu início tardio e marcado pela precariedade, ressaltando que as pessoas com deficiência, sem formação, foram os primeiros professores a atuar com seus pares com deficiência.

Dando continuidade, no terceiro capítulo, Casagrande, com notável rigor analítico, evidencia e problematiza os elementos que constituem o campo acadêmico da Educação Especial no Brasil. São eles: formação de professores para a Educação Especial; surgimento dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Educação Especial, suas linhas, seus grupos e redes de pesquisa em Educação Especial, Inclusão e Educação Inclusiva; surgimento da oferta de Educação Especial na modalidade de ensino a distância sem qualidade; expansão de cursos de graduação e especialização *lato sensu* por intermédio de oferta em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas; criação de periódicos especializados; surgimento de associações científicas; expansão de eventos nacionais sobre Educação Especial; inserção de disciplinas de Educação Especial, Inclusão e Educação Inclusiva nos currículos dos cursos de licenciatura; incremento e desenvolvimento de redes de pesquisa, de âmbito nacional e internacional.

Nesse capítulo, a autora defende um modelo de formação inicial em Educação Especial e formação continuada de qualidade, que permita aos profissionais atuarem de forma colaborativa com os professores do ensino regular. Os dados indicaram uma quantidade insuficiente de cursos de graduação em Educação Especial em IES públicas, estando a formação para a atuação na Educação Especial concentrada nas instituições privadas, sobre as quais ainda há escassez de pesquisas que atestem a qualidade da formação ofertada, evidenciando o processo de precarização. Como mostra a obra, a oferta de vagas nas instituições públicas é ínfima e insuficiente para atendimento da demanda de formação inicial e continuada de professores no país. Os dados referentes à quantidade de cursos de graduação em Licenciatura em Educação Especial indicam

uma expansão, particularmente a partir do ano de 2021, em ambas as modalidades, presencial e a distância, com tendência de crescimento. Ressalta, ainda, que a oferta pública e gratuita é insuficiente; há escassez de recursos humanos e, portanto, indícios de precarização do campo.

Casagrande (2023) destaca que o desafio do campo acadêmico da Educação Especial é a luta pela manutenção e ampliação de seus bens acadêmicos, ou seja, a luta pela qualidade dos cursos de graduação ofertados e sua ampliação no âmbito das instituições públicas, federais e estaduais, torna-se urgente. A concentração da oferta de cursos de especialização em Educação Especial na modalidade a distância, em sua maioria, advém da iniciativa privada e com qualidade questionável, como sinalizam os dados levantados, fomentado pela escassez de investimentos públicos.

A autora destaca, com base em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), de 2022, um crescimento expressivo no número de matrículas da Educação Especial em classes comuns, alcançando 1,5 milhão em 2022 – um aumento de 29,3% em comparação a 2018. Na Educação Infantil, que registrou avanço significativo, o número de matrículas cresceu 100,8% em relação a 2018. Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), o aumento foi de 55,1%. No entanto, a maior proporção de alunos incluídos ocorreu na educação profissional subsequente e concomitante, com um crescimento expressivo de 99,7% (Casagrande, 2023).

As estatísticas do Censo Escolar demonstram aumento progressivo nas matrículas de pessoas com deficiência nos diversos níveis da Educação Básica. Em relação às especificidades, o maior número foi de pessoas com deficiência intelectual. O aumento das matrículas atende à Meta 4 do Plano Nacional de Educação (PNE), porém Casagrande (2023) evidencia uma discrepância entre esse crescimento e a preparação insuficiente da rede pública para receber os novos alunos. Os baixos investimentos do poder público nos últimos anos, somados à ausência de um sistema nacional de formação alinhado aos princípios inclusivos – capaz de eliminar barreiras e garantir acessibilidade –, dificultam a preparação adequada da rede pública de ensino para implementar uma reforma inclusiva efetiva.

Segundo Casagrande (2023), no que se refere à consolidação das pesquisas em Educação Especial nos Programas de Pós-Graduação em Educação, a partir dos anos 2000, foi possível classificá-lo em três etapas: pioneirismo, expansão e consolidação. O primeiro Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação Especial surgiu na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), da demanda da inexistência de um sistema estruturado de formação de profissionais de Educação Especial no Brasil. Ele formou, até dezembro de 2022, 701 mestres e 249 doutores. Até 2023, havia seis Programas de Pós-Graduação ativos, a maioria com oferta de Mestrado Profissional. Esses programas constituem-se em bens acadêmicos que sustentam redes de formação humana e profissional em Educação Especial, sendo elementos essenciais do campo acadêmico.

A obra mostra, também, que há uma quantidade significativa de grupos de pesquisa voltados à Educação Especial, formados por agentes que desenvolvem diversos tipos de bens acadêmicos no campo – produção de artigos, orientação e desenvolvimento de teses e dissertações, organização de eventos locais, regionais, nacionais e internacionais, desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, além de auxiliarem no desenvolvimento de políticas e nas ações voltadas à comunidade. Os Programas de Pós-Graduação específicos do campo acadêmico da Educação Especial são insuficientes para a demanda de formação no país, incipientes e concentrados na modalidade profissional, em detrimento da formação acadêmica. É necessário ampliar os investimentos voltados aos programas *stricto sensu* em Educação Especial, em uma abordagem inclusiva, a fim de estimular o engajamento de novos pesquisadores no campo acadêmico e o aumento da produção de bens acadêmicos que possam incrementar as ações no campo.

Ainda, nesse capítulo, Casagrande (2023) destaca que, nas últimas décadas, houve uma expansão significativa de grupos de pesquisa voltados exclusivamente à área de Educação Especial. Continuando seu levantamento estruturado, a autora relata que, até 2023, havia quatro periódicos especializados em Educação Especial. As revistas especializadas e as publicações fazem parte da estrutura dos campos acadêmicos e, à medida que crescem e se expandem, elevam seu grau de autonomia no âmbito científico. As associações são elementos do campo acadêmico que evidenciam sua existência, o fortalecem, ao mesmo tempo que sinalizam sua representatividade e reforçam sua importância. São essenciais para a sistematização de ações, produção e publicação de bens acadêmicos, e atuam na consolidação do campo, na medida em que reúnem pesquisadores em torno de objetivos comuns. Representam espaços para o desenvolvimento do *habitus* acadêmico, mas também são locais onde ocorrem embates, conflitos e lutas pela manutenção da autoridade científica e pelo reconhecimento dos pares. Para Casagrande (2023), os eventos científicos sobre Educação Especial e Educação Inclusiva desempenham um papel fundamental na disseminação do conhecimento e na estruturação do campo acadêmico da Educação Especial.

Para a autora, muitos desses eventos já estão consolidados no campo e são promovidos por pesquisadores reconhecidos na área, portadores de significativo capital simbólico e específico. Como desafio desse elemento específico do campo, destaca-se a escassez de investimentos, sendo necessária a realização de cobrança de inscrições, o que inviabiliza a participação de agentes menos dotados de capital financeiro. As disciplinas sobre Educação Especial, Educação Inclusiva e inclusão vêm marcando presença nos cursos de graduação, com destaque para o curso de Pedagogia, mas não há garantia de sua efetivação em termos de formação, em razão das cargas horárias reduzidas, do aligeiramento no tratamento dos diversos temas que envolvem as áreas, da formação inadequada dos professores e de desajustes das ementas em relação às pesquisas recentes na área.

Assim como os demais elementos que constituem o campo acadêmico da Educação Especial, as redes são importantes, pois reúnem agentes – pesquisadores, acadêmicos, professores e profissionais – em torno da produção, discussão e disseminação de conhecimento específico do campo. As produções do campo teórico, a formação de professores, o desenvolvimento da pós-graduação, as configurações de grupos e linhas de pesquisa, bem como as publicações em periódicos especializados, constituem elementos fundamentais do campo acadêmico da Educação Especial. Tais elementos se articulam com contextos sociais mais amplos, refletindo tanto os debates nacionais quanto as discussões internacionais sobre a Educação Especial.

Casagrande (2023) destaca, também, a análise de um conjunto amplo de dados que possibilitou afirmar que a Educação Especial se constitui como um campo acadêmico demarcado por diferentes instâncias de institucionalização e composto por três momentos institucionais distintos:

- **Antecedente (1789 a 1962):** abrange a análise de produções que tratam da história da pessoa com deficiência, textos de revistas nacionais de educação (1893 a 1960), obras da Bibliografia Pedagógica Brasileira (1812 a 1900) e publicações da RBEP a partir de 1944. Também foram examinados materiais que retratam o histórico da formação de professores antes da constituição do campo acadêmico. Casagrande (2023) destaca que esse momento ficou marcado pelo campo teórico da Educação Especial e pela sua formação profissional. Outro aspecto relevante desse momento foi a formação profissional para atuação em Educação Especial, que aconteceu antes da institucionalização do campo acadêmico. No entanto, é importante ressaltarmos que, no Brasil, a formação de profissionais docentes nessa área ocorreu de maneira tardia e lenta.

- **Constituinte (1962 a 1989):** esse momento foi marcado pela criação de cursos para a formação de professores para atuarem na Educação Especial, por meio de cursos de extensão (1962); cursos adicionais (1964); habilitação em Educação Especial nos cursos de Pedagogia em instituições particulares (1972) e pública (1974); Pós-Graduação em Educação Especial na UFSCar – Mestrado (1977) e Doutorado (1999); linhas de pesquisa em Educação Especial, Inclusão e Educação Inclusiva; criação da Graduação em Educação Especial na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); grupos de pesquisa em Educação Especial (1985); Revista Educação Especial (1987) e Grupo de Trabalho (GT) 15 da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) (1989). Casagrande (2023) destaca que o marco inicial da institucionalização do campo da Educação Especial no Brasil aconteceu com a oferta de cursos de extensão e adicionais, com foco na formação de professores para atuação na Educação Especial. A habilitação em Educação Especial e o primeiro curso de formação de professores, na área de Deficiência Mental, aconteceram na década de 1970. Os periódicos especializados também surgiram como parte principal e essencial à institucionalização do campo acadêmico.
- **Expansão do campo acadêmico (a partir de 1990):** iniciou-se com o movimento pró-inclusão até os dias atuais. Destaca-se a criação da Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE) (1992) e da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE) (1993); ampliação de ações interinstitucionais e redes de pesquisa (2005); surgimento do curso presencial de Educação Especial (2008); oferta de curso a distância em Educação Especial (2010); Mestrado Profissional (2013); Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial (2014); Revista Educação Especial em Debate (2016) e Revista Inclusão & Sociedade (2021). Casagrande (2023) ressalta que esse momento de expansão deriva da ampliação do número, da quantidade e da qualidade da produção de bens acadêmicos, mas também pode gerar precarização, prejuízo e desafios.

A predominância de campos sociais mais consolidados – como o político e o econômico –, somada à escassez de investimentos públicos, à ausência de políticas públicas específicas e à insuficiente objetivação do atendimento às pessoas com deficiência, resultou na formação de um sistema educacional paralelo, abarcando a responsabilidade do Estado.

Casagrande (2023) enfatiza que o campo não é um ente independente, mas desenvolvido por agentes que o configuram. Em seu interior estão bens que podem estimular mudanças e transformações no cenário da Educação Especial na perspectiva inclusiva, mas também podem enfraquecê-la, na ausência de rigor acadêmico no tratamento de seus bens acadêmicos. Nele estão ferramentas valiosas para auxiliar e promover a inclusão, mas também entraves, distorções e limitações que podem constituir-se em barreiras.

Ao terminar a leitura e discussão da obra, entendemos que ela se destaca por adotar uma abordagem bem detalhada sobre a institucionalização e a expansão do campo acadêmico da Educação Especial no Brasil, sustentada nas concepções do sociólogo Pierre Bourdieu. A divisão histórica proposta, de maneira objetiva e didática, facilitou a compreensão dos processos e desafios enfrentados, ao longo do tempo, pelas pessoas com deficiência, por profissionais da educação, da saúde e por pesquisadores que, por meio de lutas e mobilizações, também contribuíram para a constituição desse campo específico.

A autora realizou uma busca exaustiva e minuciosa em diversas fontes, o que possibilitou evidenciar a trajetória histórica, os desafios e as dinâmicas que constituem o campo acadêmico da Educação Especial no Brasil. A obra, portanto, não apenas preenche uma lacuna nos estudos sobre Educação Especial, mas também convoca todos os envolvidos nas instâncias do campo acadêmico e os formuladores de políticas a repensarem seu compromisso com uma educação de qualidade,

laica, gratuita e verdadeiramente inclusiva, ancorada em evidências científicas e nos direitos humanos.

O livro *O campo acadêmico da Educação Especial no Brasil* é, portanto, uma leitura essencial para pesquisadores e educadores de todas as etapas de ensino e formuladores de políticas interessados no desenvolvimento da Educação Especial no país. A obra destaca a importância da luta contra a invisibilidade das pessoas com deficiência e reforça a necessidade de uma educação pública, inclusiva e de qualidade. Para finalizar, indicamos a leitura dessa obra a todos que desejam compreender o surgimento, o processo de institucionalização e expansão do campo acadêmico da Educação Especial no país, suas demarcações históricas, características, particularidades e limitações, assim como as possibilidades de desenvolvimento e aprimoramento.

## Referência

CASAGRANDE, R. de C. **O campo acadêmico da Educação Especial no Brasil**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2023.

*Recebido em 20/04/2025*

*Aceito em 22/05/2025*

*Publicado online em 27/05/2025*